



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO IX - Nº 148 - 1ª QUINZENA DE MARÇO DE 1998 - R\$ 1,00

**A aprovação das reformas Administrativa e da Previdência são mais ataques contra as massas.**

**Lutemos para pôr abaixo o plano antinacional e antipopular de FHC!**

**MST sofre mais agressões. Pelo fim do latifúndio! Defendamos as ocupações de terra! Construir a aliança operário-camponesa!**

**Iraque capitula diante da ameaça imperialista**



**Fora o imperialismo do Oriente Médio!**



**Contra as demissões, Greve com Ocupação de Fábrica!**

# A QUINZENA DE LUTA DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Não existe mais campanha salarial. A troca do reajuste por "benefícios" foi uma negociata por algum tempo. Hoje as direções sindicais negociam a redução e o fim de alguns "benefícios" dizendo que é para supostamente garantir o emprego. Negociam a redução de salário para garantir trabalho. O que verificamos é o aumento do desemprego nas diversas categorias profissionais.

O aumento de salário é a reivindicação de todos os assalariados. Os benefícios são conquistas e direitos adquiridos pelos trabalhadores justamente por receberem um salário de fome. Assim, os capitalistas não incorporam nenhum reajuste no salário e reduzem a folha de pagamento com subsídios dos fornecedores. Enganam os trabalhadores fazendo papel de bonzinhos.

Na verdade, os burocratas sindicais colaboram com os patrões e traem os trabalhadores. Contra essa traição na defesa dos salários e conquistas da classe operária, chamamos a unidade dos empregados e desempregados para lutar pelo direito ao trabalho com a escala móvel das horas de trabalho e fim das demissões.

## O caminho das lutas

\* Funcionários aposentados das estatais, como telefônicos e carteiros, foram demitidos porque acumulavam salários e aposentadoria. Na Telesp foram demitidos sem receber o 13º, férias vencidas, aviso prévio, FGTS ou multa de 40%.

\* Cerca de 15.000 portuários fazem greve no Porto de Santos contra as contratações irregulares.

\* Carro de som do Sindsep (Sindicato dos Servidores Municipais) foi guinchado e teve os 4 pneus murchos em protesto contra o não pagamento do vale-transporte no cen-

tro. O administrador regional da Sé diz que foi por desrespeito ao rodízio de placas.

\* Volkswagen recupera vendas e suspende folga de metalúrgicos nos dias 26 e 27. Mas o acordo de destruição de conquistas permanece.

\* Operários da Indústria Brasileira de Artigos Refratários (Ibar) continuam a greve exigindo o cumprimento da convenção coletiva.

\* Lixeiros (data-base em março) reivindicam reposição da inflação e manutenção das cláusulas sociais.

\* Marceneiros da Lafer em greve desde 09/02 reivindicam adiantamento da PLR e exigem formação de comissão de negociação. O TRT propõe R\$ 100,00 de PLR.

\* Metalúrgicos da Mercedes de São Bernardo em greve dia 13/02 em protesto pela morte de companheiro em acidente de trabalho, causado pelo ritmo de trabalho e falta de segurança na montagem dos chassis dos ônibus.

\* General Motors, em São Caetano do Sul vai demitir cerca de 600 metalúrgicos pelo programa de demissão voluntária. A fábrica terceirizou serviços de costura e bancos.

\* Bosch de Campinas demite 250 metalúrgicos em uma semana e ameaça com mais 180 demissões.

\* Metalúrgicos da Magneti Marelli (Fiat) de Hortolândia e de Campinas somam mais 200 desempregados.

\* Mais demissões na Filtros Mann.

\* Metalúrgicos da Kostal (fabricante de autopeças para Fiat, Ford e Volks) terão de pagar por folga. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC colabora com os patrões ao negociar o banco de compensação: os operários folgam 10 dias entre fevereiro e março e terão de pagar 3 dias para o patrão.

\* Metroviários paralisam em protesto contra a reforma da Previdência. O problema é que foi por apenas pouco tempo e de forma isolada. A burocracia sindical não mobiliza para brechar a implantação das reformas administrativa e da previdência.

\* Motoristas e cobradores decretam estado de greve. Reivindicam R\$ 400,00 de Participação no Lucro e Resultados

\* Trabalhadores da área de saúde iniciam campanha (data-base maio) com reivindicação de R\$ 350,00 de piso salarial, reposição da inflação e convênio médico.

\* Metalúrgicos da Fiat do ABC recebem piso salarial de R\$ 850,00 enquanto em Betim a empresa paga 40% a menos aos operários. O abono de participação no lucro também é metade. Os operários não podem se deixar levar pelo assistencialismo e paternalismo hipócrita dos patrões que oferecem planos de saúde gratuitos extensivos aos familiares e reduzem o valor da força de trabalho cada vez mais.

## Para que serve o dinheiro do sindicato?

O Sindicato dos Bancários de São Paulo gastou R\$ 2 milhões em área de lazer próximo a represa Billings para os sindicalizados, que terão de pagar semestralidade de R\$ 30,00 e R\$ 5,00 por dependente acima de 7 anos.

O dinheiro do sindicato pertence aos trabalhadores. Somente eles devem decidir sobre o que fazer com o dinheiro. É necessário atentar para isto porque milhares de bancários têm sido demitidos. A burocracia sindical faz do orgulho de luta dos trabalhadores uma casa de assistencialismo e diversão. O dinheiro de um dos sindicatos mais ricos é desperdiçado ao ser utilizado desta forma quando teria de ser utilizado para denunciar o desemprego da categoria, constituir um fundo de mobilização e greve e acaba funcionando na especulação financeira dos banqueiros e capitalistas.

## Manifestações contra a Reforma da Previdência

O aparato militar do Estado estava de prontidão em frente ao Palácio do Planalto: policiais militares, 250 da tropa de choque, cassetetes elétricos, escudos e carros blindados, bombas de gás, cavalaria, cães, lançadores de jato d'água. Em Brasília, funcionários federais, aposentados, sem-terra fazem manifestação no aeroporto no desembarque dos parlamentares para votar a reforma da previdência: jogavam cópias de notas de R\$ 10,00.

Trabalhadores e aposentados fazem protestos contra a reforma da Previdência: Metalúrgicos do ABC saem em passeata e bloqueiam a via Anchieta, os de São José dos Campos e Taubaté bloqueiam a Via Dutra e os de Sorocaba bloqueiam a rodovia Castelo Branco. Bancários fazem protesto no centro de São Paulo. Metroviários, Motoristas e Cobradores de ônibus atrasam início do trabalho. Trabalhadores fazem ato público em frente ao Teatro Municipal.

No Rio de Janeiro, trabalhadores fazem manifestação em frente à prefeitura e Câmara dos Vereadores.

Em Porto Alegre, trabalhadores ocupam o prédio do INSS e em Novo Hamburgo, sapateiros desempregados ocupam sede do INSS.

Todas essas manifestações poderiam golpear o governo e o parlamento burguês se tivessem sido preparadas com antecedência e se dirigissem para a greve geral contra a totalidade do Plano FHC.

As manifestações isoladas e de pura pressão momentânea ao parlamento são incapazes de impor a vontade dos trabalhadores sobre a burguesia e seu governo. Ao contrário, trata-se de organizar um movimento nacional, que pare



o país e permita que as massas saiam às ruas.

## O toma lá dá cá da corrupção

Os partidos burgueses negociam interesses próprios para ser a favor ou contra a reforma da Previdência. O conteúdo mesmo que atinge os assalariados não importa. Os parlamentares pressionaram para a liberação de recursos para obras da CEF para projetos em municípios (que já foi até agendado junto ao Ministério do Planejamento), exigem a volta do uso obrigatório do selo de licenciamento de veículo (que beneficia duas empresas: a 3M e Lumiflex, cujo dono é sobrinho do deputado

Delfim Neto) e ainda o líder do PTB, Paulo Heslander ameaçou liberar a bancada para votar contra a Previdência caso sua ex-mulher fosse transferida de Minas para Brasília como presidente da Telemanto. Etc, etc...

## Aumentos das tarifas de ônibus

As tarifas de ônibus têm sido reajustadas em todo o país. Ao mesmo tempo, cai a qualidade do transporte, com menos veículos em circulação, e pretende-se ainda implantar as chamadas catracas eletrônicas. Menos ônibus e catracas eletrônicas significa mais demissões de motoristas e cobradores. Por isso, é mais uma traição das dire-

ções sindicais não se manifestarem contra o aumento das tarifas. A luta deve ser travada contra os donos de empresas de ônibus, e não contra pe- ruiros e a população.

Em Bauru (SP) a população se revoltou contra o reajuste e a prefeitura teve de voltar atrás. Os motoristas e cobradores devem se unir à população, em defesa do emprego e salário, e contra o aumento da exploração do transporte pelos donos das empresas. O caminho para isso é a luta pela estatização com controle dos trabalhadores.

NACIONAL

## Contra as demissões, greve com ocupação de fábrica!

Os patrões continuam sua ofensiva contra o emprego e os direitos trabalhistas. Na Ford, aproveitaram o acordo do sindicato com a Volks para exigir ainda mais: querem que os funcionários renunciem aos direitos adquiridos para melhorar as condições da fábrica. Perceberam que o sindicato dos metalúrgicos do ABC não está chamando a mobilização dos operários e agora eles é que estão com uma pauta de reivindicações. A diretoria do sindicato quer fazer um acordo igual ao da Volks, mas não tem força para exigir nada.

Enquanto isso, o Paulinho, dos metalúrgicos de São Paulo, vai fechando mais acordos de contrato temporário de trabalho. As empresas vão se aproveitar da nova lei e contratar funcionários por poucos meses e depois demiti-los sem direitos.

Depois dos acordos de redução de salários e jornada, esse pelego vem com essa agora!

Os patrões não são cegos: estão vendo que os sindicatos não estão mobilizando contra as ameaças de demissões e estão cedendo. Vão se aproveitar da situação para economizar nos salários e preparam o caminho para mais demissões. Esses acordos que estão assinando com os patrões são traição aos trabalhadores.

A única forma de combatermos de verdade as demissões é com a luta! Se ameaçam demitir, então paremos a produção e ocupemos as fábricas! Se dizem que as empresas estão no vermelho, então exijamos a abertura da contabilidade de todas as empresas! Exijamos assembleias em todas as categorias para rejeitar os acordos traidores e preparar a luta direta contra a ofensiva patronal!



## Votam as Reformas da Previdência e Administrativa: mais ataques aos trabalhadores

O governo levou à votação mais duas reformas: Previdência e Administrativa.

Pela reforma da Previdência, obriga os trabalhadores a adiarem a aposentadoria para os 60 anos (homens) e 55 anos (mulheres), mesmo que já tenham contribuído os 35 anos (homens) ou 30 anos (mulheres) de trabalho. Na prática, isso significa o fim da aposentadoria por tempo de serviço e, para muitos, o fim de qualquer possibilidade de aposentadoria. Pela reforma administrativa, quebra-se a estabilidade do funcionalismo e cria-se a chamada "demissão por insuficiência de desempenho". Essa reforma é o caminho para a demissão de dezenas de milhares de funcionários públicos.

As duas reformas servem para o Estado cortar gastos, que serão destinados ao sustento do parasitismo financeiro ao redor da dívida pública, interna e externa. Todo o resto do discurso governista é pura lorota. FHC fala em atacar privilégios. Para esse vendilhão, a aposentadoria de um trabalhador depois de 35 anos de exploração é um privilégio. FHC fala em reduzir gastos com o funcionalismo. Mas os salários do servidor estão congelados há quase quatro anos! Por que o governo não corta gastos com o pagamento de juros das dívidas, que consomem metade de tudo o que se arrecada? Não, preferem cortar gastos com saúde, educação, previdência, salários de funcionários...

Tudo para favorecer amplamente as multinacionais e o capital financeiro internacional. Tudo isso pago com o aumento da exploração do trabalho, quebra de uma parte da economia, desemprego e piora das condições de vida da maioria da população.

A reforma da Previdência tem de ser combatida, porque ataca direitos dos trabalhadores. Mas ela faz parte do plano de fome de FHC, que deve ser enfrentado de conjunto. É um grande erro de alguns dirigentes do movimento operário, popular, camponês e estudantil pretender remendar um plano ou um aspecto dele, cuja essência é descarregar o custo da crise capitalista sobre os assalariados. Além disso, é um plano que está sendo aplicado pelo governo, de forma centralizada, com o apoio dos empresários, banqueiros, latifundiários, donos de escolas etc. Para enfretá-lo, é necessário uma resposta centralizada, unificada em nível nacional.

Diante da ofensiva governamental, é necessário responder com a convocação de assembleias em todos os sindicatos, movimentos, bairros e escolas. Formar comitês de luta por todos os lados. Sair às ruas, fazer greves, ocupações de fábrica, marchas e bloqueios de estradas, enfim, criar as condições para uma greve geral por tempo indeterminado no país.

# Abaixo a repressão contra o MST. Defendamos as ocupações com resistência (autodefesa).

Pelo menos um homem morreu, outro ficou gravemente ferido e 16 pessoas estão desaparecidas por causa de um ataque de 80 jagunços encapuzados contra 40 famílias de sem-terra no último dia 07/02, no Paraná.

As famílias ocupavam a Fazenda Santo Ângelo, em Marilena, no noroeste do estado. A área já estava desapropriada desde novembro do ano passado.

Tudo indica que a repressão foi prepara-

da com antecedência e o governo sabia que poderia acontecer. Isto porque no dia anterior houve um ataque semelhante na Fazenda Keiko Onuri, em Altamira, e no Sábado não houve nenhuma resistência policial, que só chegou ao local 11 horas depois do massacre. O ministro Raul Jungmann confessa que foi informado pela Pastoral da Terra do Paraná de que os jagunços estavam agrupados na Fazenda Figueira, em Guaraçanã (PR).

Os sem-terra ocuparam no dia seguinte a Fazenda Água da Prata, em Querência do Norte, e lá enterraram o companheiro assassinado. Os jagunços que tentaram impedir foram espantados e fugiram.

O governo protege os latifundiários e ataca os sem-terra. A luta pela terra interessa aos trabalhadores da cidade porque coloca a possibilidade de utilizá-la em benefício da população, e não de meia-dúzia de capitalistas, que a exploram para atender o mercado externo.

A conquista da terra depende do crescimento das ocupações de terra, da autodefesa dos sem-terra e da aliança operário-camponesa. Os sem-terra dependem do apoio dos trabalhadores da cidade para conquistarem as terras, que pertencem aos mesmos capitalistas que os exploram.

Nacional

## Mais uma agressão aos sem-terra, agora no Paraná

A invasão armada ao acampamento dos sem-terra, no Paraná (Marilena), estava prevista pelas autoridades. Estas acobertaram e até auxiliaram os capangas. O resultado foi o assassinato de um trabalhador e muitos feridos a bala. Cerca de 50 capangas de uma empresa de segurança (Depropar) participaram do ataque.

O MST reivindicou a destituição do Secretário da Segurança. E João Stédile, da direção nacional, denunciou a presença de um instrutor mexicano ligado à CIA e ao recente massacre em Chiapas, México. A UDR está jogando com tudo para destruir o MST. É preciso organizar a auto-defesa.

Essa nova agressão indica que outras Corumbiarias virão. Em Minas, os latifundiários anunciaram abertamente que estão armados para combater as ocupações.

A conquista da terra será o resultado da derrota da burguesia. Essa derrota se dará através da luta de classes. Não se pode ter ilusão na democracia burguesa e nas bondades do parlamento para com a reforma agrária.

As ocupações são um método de luta dos explorados que se choca com a propriedade privada

latifundiária e com o ordenamento estatal. Estes serão defendidos pela burguesia através das chacinhas, com as armas nas mãos. É o que os fatos mostram. Assim, é preciso preparar o movimento para esse enfrentamento. A aliança operária e camponesa é estratégica para derrotar a violência reacionária da burguesia.

### Banco da Terra contra as ocupações

O governo montou um projeto chamado Banco da Terra. Sua função é combater as ocupações de terra e esvaziar o MST. Financiará a compra de terra aos pequenos proprietários que não alcancem o critério de propriedade familiar. E também aos sem-terra cadastrados. Para atrair o MST para a arapuca, o governo convida as lideranças a participarem de uma comissão de avaliação das propriedades.

Como se vê, por cima o governo atua com dinheiro e com a política dos latifundiários; e, por baixo, os proprietários agem com sua força paramilitar. A resposta só pode ser de denúncia das manobras governamentais, de combate ao Estado burguês e de auto-defesa armada.

## Sem-teto de Diadema são despejados à força

A polícia despejou centenas de famílias de sem-teto no último dia 3/02, que estavam em terrenos de Diadema (SP). A primeira desocupação foi às 5 horas da manhã, no Jardim Marilene, onde estavam 300 famílias. Três sem-teto forma presos e mais três ficaram feridos. Às 12h15min as 600 famílias de sem-teto do Jardim Arco-Íris bloquearam a Rodovia dos Imigrantes com pedras, pneus e madeira, e atearam fogo nesse bloqueio. A repressão correu solta e os sem-teto foram retirados à força.

Com os aluguéis elevados e os salários arrochados, os trabalhadores não têm mais como viver. São obrigados a ocupar terrenos e construir bar-

racos para proteger suas famílias.

Enquanto isso, os governos protegem os capitalistas donos de terrenos baldios, utilizados apenas para especulação. Jogam a polícia a bater nos trabalhadores e suas famílias, que só estão lutando para terem um teto para cobrir suas cabeças. E como não é possível comprar ou alugar, a única saída é a ocupação.

A luta dos sem-teto deve ser apoiada pela classe operária e demais trabalhadores. As campanhas salariais devem incluir as reivindicações de moradia aos assalariados. É preciso formar comitês de apoio para denunciar a repressão e ajudar os sem-teto.



# A nova lei ambiental protegerá a Amazônia?

Volta e meia, de acordo com os interesses políticos internos e com as pressões externas dos Estados Unidos (imperialismo), o problema do desmatamento e depredação do ecossistema amazônico vem à luz do dia. No final de 1997, publicou-se novos dados, constatando que a ofensiva das madeiras cresceu sob o governo FHC, acobertada pelos governadores Amazonino Mendes e Almir Gabriel. De maneira velada, indicou-se que as madeiras asiáticas, bem como americanas, japonesas, dinamarquesas etc. compram os governadores e cometem as mais aberrantes ilegalidades. E que tudo isso é feito diante dos olhos do governo federal.

A imprensa abriu uma campanha mostrando que a legislação ambiental é inócua, incapaz de punir as empresas predadoras e disciplinar a utilização das riquezas naturais da região selvática. Não faltaram denúncias sobre a época da ditadura militar, marcada por uma política nacionalista de ocupar e desenvolver economicamente a Amazônia em vista aos perigos da cobiça das potências ("Integrar para não entregar"). Na sombra da discussão, também esteve presente o projeto Sivam, controlado por uma empresa norte-americana, que faturará 1,5 bilhão de dólares. Enfim, demonstrou que o vastíssimo território da Amazônia Legal (5,1 milhões de Km<sup>2</sup>), a maior reserva ecológica do mundo, nos últimos 30 anos, sofreu uma devastação maior do que vários séculos de colonização.

Dados: Três madeiras malaias detêm uma extensão de floresta equivalente a meia Bélgica; se se somá-las às japonesas, americanas, dinamarquesas e chinesas, a extensão é de uma Bélgica inteira; em menos de 30 anos foram devastados 600 mil quilômetros quadrados, maior que a área da França; 80% da madeira retirada é ilegal.

Em vista de tais pressões, o governo FHC elaborou uma nova lei sobre crimes ambientais. Esta se baseia essencialmente em aplicação de multas de 50

a 50 mil Reais. Consta também de prestação de serviços e de prisão de três meses a cinco anos no caso de grandes estragos poluidores.

Segundo o governo, o objetivo não é prender ninguém e não fazer da lei um instrumento "policialesco". Como não poderia deixar de ser, a lei foi negociada para atender o interesse dos governadores, que reclamam da necessidade de desenvolvimento regional, dos nacionalistas que advogam que só com a ocupação a Amazônia será protegida contra cobiças externas e dos ambientalistas (parte deles pró-imperialistas).

Na realidade, o essencial da devastação da Amazônia não está na ausência de uma legislação mais repressiva, mas sim na natureza da economia capitalista. O capital é cego na busca de lucro e concentração. Por sua própria lei de funcionamento anárquico, o saque da natureza é inevitável. Os dados sobre a destruição da flora e fauna no mundo inteiro são prova disso.

A penetração ostensiva do capital estrangeiro nas últimas décadas, voltada à extração da madeira, vem em grande parte em função do esgotamento das florestas naturais nos Estados Unidos, Europa e Ásia. A Amazônia é uma gigantesca fonte de riqueza natural, que, do ponto de vista capitalista, está por ser transformada em mercadoria. A idéia de que o desmatamento pode ser feito de forma "racional", que preserve o equilíbrio natural, é uma farsa. O saque é a lei do capital. Os exploradores tratam de gastar pouco e ganhar muito. Basta que se observe a miséria dos trabalhadores contratados pelas madeiras e os baixos custos da extração, depois transformadas em uma fábula no mercado internacional.

O interesse do imperialismo pela Amazônia, que é real, reconhecido até mesmo pela ditadura militar do passado recente, está determinado não pelo seu valor ecológico (controle do efeito estufa), mas sim por ser uma grande reserva de valor. Não haverá lei que

impeça a exploração anárquica. A Amazônia continuará a ser destruída, com ela a fauna e as nacionalidades indígenas, que ainda sobrevivem semiprotetidas pela natureza.

A solução seria o Estado se ocupar inteiramente da região. O que quer dizer nacionalizar toda a área e respeitar

a autodeterminação das nações indígenas. Isso implicaria expropriar sem indenização o grande capital nacional e internacional que controla de fato as terras e outros meios de produção. Assim seria possível planejar a utilização das riquezas sem destruir a natureza. Porém, tal tarefa é impossível mantendo o domínio do capital sobre o restante da economia.

Esse raciocínio, aparentemente utópico, nos serve para demonstrar que sob o Estado burguês a Amazônia continuará sendo entregue ao saque do grande capital. Somente o proletariado poderá dar a solução com medidas socialistas. Às massas trabalhadoras interessa libertar a natureza do saque. Para isso, terão de libertar a si próprias da exploração do trabalho e da miséria. A proteção da natureza, não só na Amazônia, mas em qualquer parte do mundo, depende da transformação da base econômica. E esta virá como produto da revolução proletária.

Nacional



## Paraná

### Formação política

Está previsto um trabalho de formação política entre estudantes e professores da Universidade Estadual de Londrina. Os temas a serem debatidos são:

1. Estado e Universidade
  - a) As funções da Universidade
  - b) natureza do Estado capitalista
  - c) Crise capitalista e destruição da Universidade
  - d) A quem interessa defender a Universidade?
2. Os problemas da Universidade
  - a) História da Universidade
  - b) Autonomia Universitária

c) Co-governo estudantil docente

d) Assembléia universitária

A formação política no meio estudantil tem importância se se objetiva elevar a consciência revolucionária. O que quer dizer despertar entre os estudantes, via de regra provenientes da classe média, a tarefa de construção do partido revolucionário do proletariado. A compreensão de que a classe operária é a classe revolucionária por excelência e que está determinada a defender o programa antiimperialista e anticapitalista é essencial.

# FHC cria Secretaria da Drogas... a mando dos EUA

A criação de uma Secretaria contra as Drogas, vinculada diretamente à Presidência da República, responde às pressões norte-americanas, que reivindicavam do Brasil uma ação mais ostensiva no combate ao narcotráfico.

O tráfico de drogas é uma criação do capitalismo. É uma atividade dirigida por uma fração marginal da burguesia, apodrecida historicamente como classe dominante. Através dela, alguns capitalistas encontraram uma forma de conseguir lucros altíssimos, explorando o plantio de alucinógenos e o consumo de drogas, essencialmente pela juventude dos países imperialistas.

O maior filão desse negócio é o tráfico de cocaína e outros derivados da folha de coca. O plantio é feito principalmente na Bolívia e Colômbia, na sua maioria pelos povos in-

dígenas, que cultivam a folha de coca há séculos, com fins medicinais e religiosos. O processamento e refino tem ganhado impulso na Colômbia e principalmente no Brasil, que se tornou rota para Europa e EUA.

O tráfico de drogas é um problema criado pelo imperialismo, pelo apodrecimento de sua sociedade e cultura. Não diz respeito diretamente às massas. Uma parcela destas, pressionada pela extrema miséria e desemprego, acaba vinculando-se ao narcotráfico, principalmente na venda ao consumidor local. Essa dependência econômica vai criando uma relação política, que tem seu ponto alto na formação de organizações marginais paralelas ao Estado burguês, ligadas ao narcotráfico. Nelas, o Estado é substituído em suas funções pelos traficantes, que fornecem emprego e proteção, além de outros "serviços".

Em países produtores de coca, como a Bolívia, o plantio e venda desta é responsável pela subsistência de grande parte da população camponesa. Por isso, não tem sido fácil aos governos marionetes do imperialismo combater o plantio de coca. Os conflitos com os camponeses têm sido

constantes. Trata-se da luta pela sobrevivência, contra a opressão imperialista. Por isso, é parte da política revolucionária do proletariado a defesa do livre cultivo e comércio da folha de coca, uma reivindicação camponesa que leva à luta antiimperialista e anticapitalista, através da aliança operário-camponesa.

No caso do Brasil, combatemos o aumento da intervenção imperialista no país. Que o imperialismo americano e europeu resolvam o problema do narcotráfico em seus próprios países. A criação dessa Secretaria anti-Drogas é mais uma forma de desviar recursos para garantir os interesses imperialistas, enquanto milhões passam fome. A ação desse tipo de organismo estatal vai se voltar contra as massas, reprimindo os moradores das favelas e bairros pobres, e deixando livres os tubarões do narcotráfico internacional, que moram em mansões e apartamentos luxuosos, bem longe dos morros.

Fora o imperialismo da América Latina! Pelo livre cultivo e comércio da folha de coca! Fora com a Secretaria anti-Drogas!

Nacional



## Teoria marxista

### Lenin

## Crítica ao revolucionarismo pequeno-burguês

Ao surgir em 1903, o bolchevismo herdou a tradição de luta implacável contra o revolucionarismo pequeno-burguês, semi-anarquista (ou capaz de "namorar" o anarquismo), tradição que sempre existira na social-democracia revolucionária e que se consolidou particularmente em nosso país em 1900/1903, quando foram assentadas as bases do partido de massa do proletariado revolucionário da Rússia. O bolchevismo fez sua e continuou a luta contra o partido que mais fielmente representava as tendências do revolucionarismo pequeno-burguês (isto é, o partido dos socialistas revolucionários) em três pontos principais.

Em primeiro lugar, esse partido, que repudiava o marxismo, obstinava-se em não querer compreender (talvez fosse mais justo dizer que não podia compreender) a necessidade de levar em conta, com estrita objetividade, as forças de classe e suas relações mútuas antes de empreender qual-



quer ação política.

Em segundo lugar, esse partido via um sinal particular de seu "revolucionarismo" ou de seu "esquerdismo" no reconhecimento do terror individual, dos atentados, que nós, marxistas, rejeitávamos categoricamente. É claro que considerávamos o terror individual exclusivamente por conveniência; as pessoas capazes de condenar por princípio o terror da grande revolução francesa ou, de modo geral, o terror de um partido revolucionário vitorioso, assediado pela burguesia do mundo inteiro, já foram fustigadas e ridicularizadas por Plekhanov em

1900/1903, quando este era marxista e revolucionário.

Em terceiro lugar, ser "esquerdista" consistia, para os social-revolucionários, em rir dos pecados oportunistas, relativamente leves, da social-democracia alemã, ao mesmo tempo que imitavam os ultra-oportunistas desse mesmo partido, em questões como a agrária e a da ditadura do proletariado.

# Jornada de estudos políticos do POR

Neste período de recesso carnavalesco, o POR aproveitou para realizar uma jornada de estudos políticos interna. Os temas foram: 1) A crise mundial do capitalismo; 2) A situação política do Brasil e as tendências da luta de classes; 3) Construção do partido e problemas organizativos; 4) Comitê de Enlace; 5) Campanha dos 150 anos do Manifesto Comunista.

Sintetizamos alguns aspectos essenciais da rica discussão.

## 1. Sobre a crise internacional

A jornada expôs a quebra dos países asiáticos, a evolução da crise no Japão e sua extensão mundial. Verificou-se que a época imperialista, que caracteriza todo século XX, é de guerra, revoluções e contra-revoluções. O importante dessa fase última de desintegração e reação capitalista é de entender as particularidades do momento.

Nesse sentido, se destacou o desenvolvimento da crise de superprodução, de guerras comerciais e de tendência bélica do imperialismo. O capital internacional procura se proteger aumentando os saques das semicolônias, pressionando para se acelerar a restauração na Rússia, China, Cuba etc e destruindo maciçamente parte das forças produtivas.

Como efeito dessa situação, temos a ampliação do desemprego e miséria em patamares históricos. A tendência do capitalismo é esmagar ainda mais a vida dos trabalhadores.

A possibilidade de grandes quebras industriais e comerciais, já presentes no Leste Asiático e Japão, estão evidenciadas. Isso significa descarregar ainda mais a crise sobre os assalariados.

A burguesia imperialista não tem outra saída senão intensificar a opressão nacional, recrudescer o militarismo mundial e aumentar a taxa de exploração. A guerra do imperialismo norte-americano contra o Iraque é apenas a exposição de um dos elos da crise. Trata-se da ofensiva militar do imperialismo contra as semicolônias. Indica também a decisão do imperialismo norte-americano de sustentar sua hegemonia perante as demais potências.

Nessa discussão, a jornada identificou as leis gerais de funcionamento do capitalismo, em que se destaca a fundamental contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e seu bloqueio pelas relações capitalistas de produção. A supremacia do capital financeiro parasitário sobre a circulação mundial de mercadorias, a restrita canalização dessa massa financeira para a produção e a impossibilidade de larga aplicação da tecnologia alcançada pelo capitalismo nesse fim de século demonstram como a propriedade monopolista dos meios de produção, sobre o controle das potências, impedem o

desenvolvimento das forças produtivas e em parte as destrói. O resultado dessa contradição é o da ofensiva imperialista contra as semicolônias (opressão nacional), choques interimperialistas (guerra comercial e tendências bélicas) e esmagamento da vida das massas (opressão social).

Focalizou-se as tendências de luta mundial dos trabalhadores, como na França, Alemanha, Leste asiático e na América Latina, na qual se destaca a situação revolucionária da Bolívia, onde está presente o Partido Operário Revolucionário. Como não poderia deixar de ser se analisou a crise de direção e a importância estratégica da reconstrução da IV Internacional, cujo Programa de Transição se mostra totalmente atual.

## 2. Sobre a situação política do Brasil e as tendências da luta de classe, a Jornada discutiu os seguintes aspectos:

a) A ofensiva do governo e dos capitalistas contra a vida das massas, através das reformas neoliberais, demissões e aumento da taxa de exploração (rebaixamento dos salários). Por outro lado, a ação política da burocracia sindical, CUT e Força Sindical, no sentido da colaboração de classe. Assim, analisamos o bloqueio imposto aos trabalhadores pelo reformismo e pela direita sindical. Os acordos de redução dos salários a pretexto de não-demissão e a inércia diante da nova lei do trabalho temporário, bem como diante da reforma administrativa e da Previdência mostram a que ponto as direções sindicais estão adaptadas à democracia burguesa e à política pró-imperialista do governo FHC.

b) O quadro eleitoral que se avizinha funcionará como mais um fator de pressão contra qualquer resistência dos trabalhadores à luta. Todos os partidos alimentam as ilusões democráticas no Parlamento e nos governos burgueses. A consolidação da frente PSDB/PFL, em torno de FHC, está praticamente segura. Expressa a vontade do imperialismo em dar continuidade a esse governo e a incapacidade da burguesia nacional em ter uma outra alternativa que não seja antinacional e antipopular. A posição do PMDB, que tudo indica que será de apoiar FHC, não faz senão comprovar as posições continuistas determinadas pela submissão da burguesia nacional ao Plano pró-imperialista. A oposição reformista do PT se mostra ajoelhada diante da posição majoritária pró-imperialista da burguesia. O reformismo revelou ser incapaz de combater o neoliberalismo, embora em palavras o critique. Submeteu-se às votações parlamentares e no interior dos sindicatos sua burocracia realiza acordos de traição à classe ope-

rária, cujo resultado é de reforço à implantação do Plano de fome e miséria do governo. O fracasso da estratégia petista e estalinista (PCdoB) de constituir uma frente ampla eleitoral contra a aliança PSDB/PFL expressa, de um lado, a indisposição da burguesia alimentar uma oposição a esse governo e, de outro, o afastamento do PT das bases proletárias.

c) Os abalos do Leste Asiático atingiram o Plano Real, mostrando todo seu artificialismo voltado a favorecer o parasitismo financeiro internacional. O governo pró-imperialista não tem outra alternativa senão aprofundar sua política entreguista e de esmagamento dos trabalhadores. As medidas tomadas são recessivas, o que atingirá mais fundo ainda os postos de trabalho e os salários. O Plano sobrevive às custas do gigantesco endividamento do Estado e da população, cuja inadimplência já se faz presente. As tendências assassina-ladas são a de quebra-deiras num futuro próximo. As falências e concordatas de grandes empresas indicam esse caminho. A margem de manobra do governo se circunscreve aos 80 bilhões previstos nas privatizações. Esta se dirige ao esgotamento e assim para a retomada da agudização da crise. O governo pode adaptar sua política econômica, mas não tem muitas alternativas perante as exigências do imperialismo. O fato é que aumentou o grau de subserviência da burguesia e do Estado nacional ao capital financeiro mundial. A oposição burguesa que os reformistas do PT pretendem organizar, constituindo uma frente ampla, não apresenta de fato um outro curso para a política econômica, a qual teria de expressar a soberania nacional e a ruptura com o imperialismo. O reformismo não passa de uma variante de política econômica menos contundente das diretrizes do capitalismo

Nacional



mundial. A procura de uma linha que não rompa com o imperialismo e que não se submeta totalmente a ele, como pretende o reformismo petista, é uma ilusão ideológica e está fadada ao fracasso. O problema é que esta é utilizada para acobertar a política de conciliação de classe implantada no movimento operário, através da burocracia cutista.

d) Ao lado da situação do movimento operário, marcado pelo bloqueio burocrático, a jornada tratou também da importância estratégica do movimento camponês, cuja expressão maior é o MST. Os acontecimentos têm mostrado que o governo, para combater o movimento camponês, combina medidas de assentamentos com a violência estatal. Por seu lado, os latifundiários organizam os ataques armados aos trabalhadores agrários. O avanço das ocupações de terra não fará o governo acelerar os assentamentos, mas sim aumentar a violência estatal em defesa da propriedade latifundiária. Discutiu-se a importância da bandeira da auto-defesa. Esta depende antes de tudo da política. Ou seja, da constituição da aliança operária e camponesa em torno do programa antiimperialista e anticapitalista. A luta pela auto-defesa contra os massacres é a da constituição da aliança operária e camponesa. A resposta à violência reacionária do Estado latifundiário é a da violência revolucionária das massas proletárias e camponesas, que terão de se unir em torno da direção proletária. Destaca-se aí a ausência de um partido revolucionário sem o qual a aliança operária e camponesa poderá se materializar. As direções atuais são reformistas e assim atuam com um programa de soluções no interior do capitalismo. Esse programa determina a tática de luta, marcada pelo legalismo e o pacifismo. As próprias ocupações, que são parte do método revolucionário, porque colocam a expropriação à força do capi-

tal, estão limitadas ao pacifismo e ao legalismo. A jornada estudou ainda os pontos do programa da revolução agrária que são parte da revolução proletária.

e) O estudo da situação nacional culminou com um balanço sobre a linha desenvolvida pelo POR, tanto propagandística quanto agitativa. Verificou-se a aplicação das reivindicações transitórias e dos métodos de luta. A combinação da propaganda e agitação é fundamental. As bandeiras e as formas de luta não são inventadas pelo partido, mas são extraídas da situação econômica, política e social. A defesa de tática de Frente Única Antiimperialista tem permanecido em nível de propaganda dadas as condições das forças sociais, ou seja, do desenvolvimento da luta de classes, da evolução da consciência das massas e da construção do partido. Trata-se, entretanto, da tática de unidade dos explorados, sob a direção do proletariado, capaz de responder à necessidade de enfrentamento com a burguesia entreguista e com o imperialismo. Discutiu-se a importância agitada da bandeira de greve com ocupação de fábrica frente aos ataques dos capitalistas e da colaboração das direções burocráticas. Analisou-se o fundamento da greve geral como forma superior de luta, que coloca classe contra classe e que transforma as lutas parciais em luta política contra o Estado. A bandeira e os métodos devem responder às tendências do proletariado e das massas, que fazem parte da situação objetiva. É preciso tomar cuidado com o subjetivismo e com o voluntarismo, que tornam a política do partido abstrata e desvinculada das tendências das massas. Os ensinamentos do marxismo também são ricos nesse aspecto da política revolucionária.

### 3. Sobre a construção do partido e os problemas organizativos

O crescimento do partido deve se dar pela penetração do programa e dos métodos de luta revolucionários na vanguarda e nas massas. O que implica que o POR eleve seus militantes como quadros marxistas. Ou seja, como militantes que dominem o programa, a teoria e o método do materialismo dialético e histórico. A carência de quadros bem preparados é um obstáculo para enfrentar a gigantesca tarefa de derrotar ideologicamente a burguesia, que inclui as teses reformistas e do centrismo pequeno-burguês, e para atuar com firmeza no movimento, cumprindo o papel de direção das lutas.

A multiplicação celular é necessária no próximo período para o POR avançar. Nesse sentido, há que trabalhar bem a aproximação dos melhores militantes, pelo método e pelo programa. Rejeitamos as manobras pequeno-burguesas de crescimento, que implicam na adaptação às pressões da pequena

burguesia e ao atraso de uma parcela da vanguarda, que ainda tende ao reformismo ou ao centrismo. A conquista de novos militantes virá por uma sólida política revolucionária e pela elevada teoria marxista.

O Jornal Massas tem de cumprir o papel de organizador coletivo. A militância deve ser mais ofensiva na sua divulgação. Para isso, está obrigada a elaborá-lo coletivamente e dominar sua linha. Toda formalidade com os materiais de propaganda e agitação é prejudicial, porque não corresponde à consciência política.

### 4. Sobre o Comitê de Enlace

Foi dado o informe sobre a suspensão de seu funcionamento, até que se desenvolva a discussão crítica e auto-crítica das atitudes do POR argentino. A incompreensão do lugar do POR boliviano na preservação viva do Programa de Transição, durante anos de experiência e comprovação na luta de classes, está na raiz do rompimento do quadro comum de trabalho no Comitê de Enlace.

As Obras Completas de Lora não são uma simples propagação editorial para satisfazer vaidades. Ao contrário, materializam o programa revolucionário, forjado numa longa trajetória, na qual o estalinismo pôde comprovar seu papel restauracionista burguês e as correntes ditas trotskistas mostraram seu revisionismo (pablismo, morenismo, lambertismo etc).

O que está se passando no Comitê de Enlace ainda é o reflexo da dificuldade de se erguer partidos programáticos e enraizados na vida das massas. Nesse ponto se discutiu a importância da defesa da reconstrução da IV Internacional.

### 5. Sobre os 150 anos do Manifesto Comunista

A jornada partiu da avaliação de que o Manifesto é o programa da revolução proletária. A defesa do Manifesto é a defesa das teses da revolução proletária em nossos dias.

No movimento de comemoração dos 150 anos participam inúmeras tendências, a maioria das quais pouco tem a ver com a estratégia marxista da revolução proletária. Há uma forte tendência revisionista em seu interior que vem do estalinismo, maoísmo, castrismo etc.

Pelo que se tem escrito e falado, a tendência majoritária é de fazer dos 150 anos o canto de finados. Essa posição deve ser rechaçada. A nossa participação se destaca por se contrapor à inteligência revisionista e aqueles que querem fazer dos 150 uma festividade acadêmica e inócua, nada compatível com a realidade de desintegração do capitalismo e com os princípios do Manifesto.





# Professores-SP: É possível barrar as demissões

Lutemos juntos: empregados e desempregados

**Dia 6/3 paralisemos as escolas e vamos à reunião do Conselho de Representantes da Apeoesp**

O governo faz de conta que nada acontece na rede. Todos os dias chegam mais medidas contra os alunos e os trabalhadores da educação. Não há vagas nas escolas! As tão decantadas salas ambientes se transformaram em latas de sardinha: não há espaço nem para andar. A vergonhosa contraproposta de grade curricular nada mais era do que vestir um santo e descobrir outro; retirava de educação física para colocar em história e geografia. Além de fazer a criança vir duas vezes por dia à escola. A atribuição de aulas parece mais fila de INPS, dado que os professores são expostos às condições mais humilhantes de mendigar uma ou outra aula para permanecer na escola pública. Quem conseguiu aula foi obrigado a assumir 4 ou mais escolas. O que significa que o dinheiro que receberá não pagará nem o transporte. E que estará esmagado física e mentalmente. Tudo isso vem sendo imposto como parte da reforma do ensino. Covas aplica a orientação do Banco Mundial de redução dos gastos com a educação e, com isso, está obrigado a fechar escolas, salas, turnos e demitir em massa. A reforma educacional tem como essência a diminuição da rede pública, desobrigando o Estado com o grosso dos recursos destinados à educação. O Estado, com uma menor rede e uma quantidade pequena de professores, se tornaria mais viável para cumprir os compromissos de pagamento das dívidas interna e externa.

Boa parte dos professores se encontra indignada com a destruição da escola pública. São milhares e milhares de companheiros que já perderam o emprego. E os que permanecem estão inseguros, pois sabem muito bem

que a avaliação desempenho e o fim da estabilidade foram aprovados para continuar demitindo. Por outro lado, alguns já compreendem que não se trata unicamente de Covas. Outros estados seguem o mesmo caminho de São Paulo. Também entendem que não basta trocar de homens no poder do Estado. Trata-se de uma política que necessita ser derrubada. Ou seja, o Plano de privatização das escolas públicas. Nesse sentido, não vêem outro caminho senão a luta pelo fim da Reforma privatista do ensino.

Porém, há um obstáculo que impede a unidade dos trabalhadores da educação. Essa trava se encontra nas direções sindicais. O CPP e a Udemo já concordaram com a Reforma do governo. Quem não se lembra da época da divisão das escolas (reestruturação da rede)? Estavam juntos apoiando um passo concreto da reforma, que teve como consequência 40 mil demissões. A diretoria da Apeoesp, pelo menos em palavras, se colocou contra tais medidas. Pouco fez para que pudesse impedir as demissões. Ao contrário, apostou nas pressões parlamentares e nas negociações sem a organização da mobilização da classe. O resultado foi desastroso. Os professores se mantiveram desorganizados e à mercê da pressão do Estado. Nesse momento, a diretoria se volta contra os professores da Oposição, que exigem a convocação imediata de assembléia. A violência reacionária da diretoria fez com que esta fechasse as portas do sindicato e contratasse os batepaus (seguranças) para impedir a entrada de professores opositores. O ato do dia 18/2 na porta da Apeoesp tinha a função de defender a democracia sindical e uma

assembléia para organizar empregados e desempregados na luta contra essa reforma mutiladora da escola pública. A diretoria se manteve irredutível: não recebeu a comissão da oposição, fechou as portas e cercou o prédio com os capangas pagos com o dinheiro dos associados. Prática essa que só conhecemos dos tempos da ditadura militar, quando a direção da Apeoesp da época processava membros da oposição. Esse método não é próprio dos trabalhadores e por isso devemos rechaçá-lo com toda veemência para que seja extirpado de nosso meio.

O ato do dia 18/2 aprovou a ampliação das denúncias desse método totalitário e a exigência de uma assembléia estadual para que os professores em massa possam decidir sobre o caminho da luta. Não podemos permitir que a diretoria faça tudo de sua própria cabeça. Assim, no dia 6 de março, estamos convocando os professores para a reunião do Conselho de Representantes da Apeoesp. Forcemos a diretoria a colocar o sindicato a serviço da luta contra as demissões e contra a reforma obscurantista do governo.

Educação



## USP: Para que servem os números?

O acesso de alunos na USP provenientes do ensino público tem caído. Os dados publicados são: Em 1977, a USP recebia 57,3% vindos da escola pública e 29,3% das particulares; em 1998, 72,4% são das particulares e 20,7% das públicas. Nas carreiras mais disputadas, como medicina, engenharia etc, a diferença em favor das particulares é esmagadora. Essa composição indica que os ricos chegam à USP, que é gratuita.

Para que servem, então, esses dados, do ponto de vista do governo? Para resolver o problema dos filhos da classe média pobre e da classe operária? Não. Servem para a defesa da destruição da Universidade pública e implantação do ensino pago. Há aqueles que advogam estabelecer taxas para os ricos e gratuidade para os pobres. É outra manobra em favor da implantação do ensino pago

gradualmente.

A pequena parcela de estudantes do ensino público, geralmente porque não podem pagar, receberiam a migalha da isenção. Isso provisoriamente porque a tendência é de reduzir cada vez mais o acesso de pobres na universidade.

Sabemos que o objetivo da reforma neoliberal é liquidar o ensino público. Os filhos dos trabalhadores terão cada vez menos possibilidade de continuar os estudos, possibilidade já extremamente restrita. Ao movimento estudantil cabe rechaçar a privatização e defender um programa de estatização de todo sistema de ensino, fim dos vestibulares, acesso de todos ao nível superior, redução da jornada de trabalho para os que estudam, vinculação do ensino à produção social e controle dos trabalhadores sobre a educação.

# PSTU e PCO: O mesmo método anti-marxista

O conflito entre PSTU e PCO, no Sindicato dos Frios, foi parar na Justiça burguesa. O PSTU entrou com uma liminar de pedido de anulação das eleições do Sindicato dos Frios de São Paulo. A Justiça indeferiu a medida cautelar. Assim, um choque político entre duas correntes que se reivindicam do trotskismo termina em disputa judicial.

Em resposta a crítica ao PSTU, o PCO redigiu uma página inteira de seu jornal. Em nenhum momento os ditos trotskistas condena o PSTU por se socorrer da Justiça, que não passa de um instrumento reacionário e de opressão do Estado burguês. Tal condenação é essencial para se combater os meios e métodos estranhos à classe operária.

O leitor deve se perguntar porque PCO não denunciou o PSTU nesse sentido. A razão está em que essa corrente é defensora de se utilizar do aparato judiciário burguês para obter anulação de pleitos sindicais, e também já se acostumou a utilizá-la. Na elei-

ção da Apeoesp, PCO foi a procura da Justiça. Recentemente, fez ocorrência policial contra a diretoria da Apeoesp por esta ter usado batupas para retirar os manifestantes do sindicato. Em São Bernardo, devido a choques físicos com militantes do movimento dos professores, acabou por abrir um processo criminal.

Não faltou também a abertura de "um processo contra vários militantes do PSTU por agressão e invasão" (citação do Jornal de PCO). Este último caso foi o resultado de um choque físico entre PCO e PSTU. Primeiro PCO espancou militantes do PSTU. Depois o PSTU revidou. O que fez PCO? Processou militantes do PSTU por agressão e invasão do sindicato. A burocracia da Apeoesp ficará alegriíssima ao saber que se pode abrir um processo por invasão, porque é assim que irá caracterizar a ocupação do dia 13/2. É evidente que esta corrente está criando precedentes valiosos para a burocracia repressiva.

PCO vive se socorrendo do árbitro burguês. Talvez tenha chegado à conclusão de que encontrou seu anjo da guarda. Com essa política, não poderia rechaçar o PSTU por ter usado do mesmo expediente. É interessante a nota publicada no jornal de PCO, denominada "Dois Pesos". Nesta PCO reclama o fato do PSTU ter ido à Justiça contra eles que são revolucionários e não contra a burocracia da Apeoesp. Nota-se que PCO

não está se opondo a que uma corrente que se diz marxista vá à Justiça, para que esta decida a seu favor. Entretanto, PCO não faz justiça ao PSTU. No caso das eleições da Apeoesp, o PSTU foi sim à Justiça. Foi para se assegurar de possível fraude. Depois das eleições, foi a vez do PCO. Fato esse que até a diretoria da Apeoesp se utiliza para denunciar indistintamente a Oposição, inclusive o POR que se opôs à medida judicial.

É preciso ainda falar sobre a extensão do problema. A burocracia da Apeoesp está tomando por prática abrir processos contra seus opositores. Constantemente, ameaça com essa arma. Um fato concreto é o do processo movido contra Antônio Justino, que levou o juiz de Diadema a condená-lo. Chamamos a atenção para o fato de que nem o PSTU nem PCO se colocaram por defender Antônio Justino da sanha repressiva. A posição do PSTU de ter se negado a defender uma moção no Congresso Estadual da CUT contra a ação movida pela burocracia da Apeoesp o coloca de mãos dadas com os repressores. Por sua vez, o silêncio de PCO frente ao processo contra Antônio Justino o coloca numa posição de conivência.

Dessa forma, os dois contendores que se socorrem da Justiça burguesa não podem ter posições principistas diante de fatos da luta de classes como estes.

## Burocracia da Apeoesp processa Antônio Justino e a Justiça o condena Defendamos Tonhão do ataque

Em janeiro desse ano saiu o resultado do processo criminal e de danos morais, movido pela diretoria da Apeoesp, contra o militante da oposição, Antônio Justino. O juiz de Diadema sentenciou nosso companheiro de luta a um mês de prisão e ao pagamento de 100 salários mínimos. Essa excrescência da Justiça burguesa já era esperada.

Antônio Justino carrega em seus ombros uma longa lista de processos, resultante de sua participação no movimento dos sem-teto. Inclusive, já esteve detido por estar ao lado dos oprimidos. Esse novo ataque desfechado pela burocracia corrupta e colaboracionista da Apeoesp não faz senão engrandecer a história militante desse companheiro.

De nossa parte, estamos por sua defesa incondicional. Uma clara tomada de posição contra esse novo ataque à liberdade de militância re-

volucionária é um dever dos marxistas e uma necessidade do movimento. Chama a atenção a atitude das correntes de esquerda que se fazem omissas ou que na surdina torcem para que Antônio Justino pague por sua ousadia contra a burocracia. Rechaçamos essa conduta indigna e nos colocamos por uma campanha de denúncia da burocracia.

Fim da condenação! Suspensão imediata de toda perseguição política! Que todas as correntes do movimento social se coloquem pela defesa de Antônio Justino!



# É preciso superar o entrave do reformismo e avançar na organização da luta da categoria

A comissão estadual dos judiciários, constituída há mais de um ano, encontra-se no atual período diante de um impasse: ou se coloca pela organização da luta da categoria, ocupando o vazio deixado pelo SIN-JESP, ou dispersa-se sob pressão da política de paralisia do reformismo.

Constituída inicialmente com trabalhadores das comarcas do interior, a comissão vinha avançando em suas propostas, a ponto de, no encontro do Guarujá, tirar um plano de lutas, cujo pontapé inicial se daria com a organização da campanha salarial. Ocorre que o ingresso dos petistas da capital acabou por reforçar as posições reformistas e eleitoreiras e já se apresentavam em seu meio, embora de forma ainda débil. Assim é que a tendência das reuniões mensais da comissão é a de cada vez menos discutir os problemas dos trabalhadores e organizá-los para a luta, dando lugar às discussões estérteis e ao confucionismo. O resultado disso não poderia ser outro, ou seja, as reuniões já começam a ser desmarcadas, prevalecendo a dis-

persão. Enquanto isso, mais do que depressa, trataram de fundar um núcleo do PT na categoria. O objetivo aí está mais que claro: com a aproximação das eleições, os petistas querem utilizar a organização da vanguarda na campanha eleitoral de Lula e demais reformistas.

## O POR rechaça o oportunismo e o eleitoralismo reformista

Nossa intervenção, que sempre se pautou na luta programática, tende a se acentuar no próximo período. Tudo indica que os choques que já se mostraram bastante duros, recrudescerão. A luta sem trégua na defesa de um programa para a comissão, que se coloque frontalmente contra as tendências dispersivas do reformismo, constitui-se na única arma capaz de reunir a vanguarda, bem como organizar os trabalhadores para o embate. Um programa que se apóie na ação direta da categoria (greve), que se coloque pela total independência frente a burguesia e seu estado, bem como na defesa incondi-

cional da democracia sindical como princípio organizativo etc.

No momento em que o governo pró-imperialista de FHC aprova reformas (administrativa e previdência) que atacam ainda mais as condições de vida de todos os trabalhadores, mais do que nunca se coloca a necessidade de se reconstruir um organismo de luta no judiciário.

Desse modo é que, contra as tendências conciliadoras do reformismo, o POR defenderá como nunca a organização da greve da categoria, contra as demissões que fatalmente virão, as péssimas condições de trabalho, o confisco salarial etc. rumo à reconstrução do nosso sindicato.

Movimento Operário



## A CONDIÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Em março, é comemorado o Dia da Mulher. Como qualquer outra data referente aos trabalhadores, como o 1º de Maio, a burguesia e a pequena burguesia usam-nas deformadamente. A burocracia sindical contribui decisivamente para que isso aconteça. No caso do dia da Mulher, a opressão de classe é obscurecida, bem como a necessidade de destruir o capitalismo. As feministas correm a dizer que os problemas específicos da mulher nada têm a ver com outras formas de opressão, cujas raízes são as mesmas, a opressão da burguesia sobre a maioria explorada.

Ao contrário disso, as lutas democráticas das mulheres pela igualdade de direitos em relação ao homem, no trabalho e na família, as reivindicações específicas da mulher na área da saúde, legalização do aborto, licença-maternidade etc devem su-

perar a idéia de que o homem é seu adversário e colocar a condição de opressão da mulher na sociedade de classes e não somente como luta entre os sexos.

A luta pela libertação da mulher nas tarefas domésticas e como assalariada

Desde 1934, a constituição já rezava sobre os direitos iguais para todos os cidadãos independente de sexo, raça, cor, religião. Porém, a questão da emancipação da mulher não depende do reconhecimento de seus direitos na legislação ou em relação aos homens. Numa sociedade onde existe a desigualdade econômica e, portanto, a discriminação social, a luta das mulheres por seus direitos está colocada junto ao movimento revolucionário da classe operária contra a exploração do trabalho e a opressão social.

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

## D. Riazanof: *Evolução histórica do proletariado*

Por proletário se entende hoje todo aquele que não dispõe de outro meio de vida que a venda de sua força de trabalho. Originalmente, em sua forma

latina, *proletarius* não significava inteiramente isso. Na antiga Roma, "proletário" era aquele que não tinha mais fortuna que sua descendência, seus filhos, a "prole" (proles). A princípio, o proletariado, a classe mais humilde da população romana, estava isenta de impostos e do serviço militar. Mais tarde foi admitida no exército e equipada pelo Estado. Na época das guerras civis, quando o camponês romano já se achava arruinado, e posteriormente sob o Império, o proletariado constituía o verdadeiro núcleo do exército. Em tempo de paz, esse corpo de homens vivia às custas do Estado, recebendo regularmente suas rações de grãos. Exceto o nome, entre esse proletário e os proletários europeus sem terra nem lares de nossos dias, não há nada de comum. Não devemos nos esquecer tampouco que, como indica Marx, "na Roma clássica, a luta de classes se mantinha na esfera de uma minoria privilegiada, entre ricos e pobres livres. Os escravos, que formavam a grande massa trabalhadora da população, não eram senão a base passiva que sustentava essa luta. As pessoas parecem ter se esquecido da inesquecível frase de Sismondi: "O proletariado romano vivia a expensa da sociedade; ao contrário, a sociedade moderna vive à expensa do proletariado." (Karl Marx, O 18 do Brumário de Luis Bonaparte, pags. 18/19)

A palavra "proletariado", na acepção de assalariado, não foi admitida na linguagem geral até metade do século XIX. Na introdução da edição original alemã de seu livro sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, livro em que

pela primeira vez se traça um detalhado estudo do proletariado inglês, remontando até meados do sec. XVIII, Engels adverte que emprega as palavras operário, proletário, classe trabalhadora, classe não possuidora e proletariado como sinônimos de um mesmo conceito. Em outro lugar escreve: "O proletariado é aquela classe social cujos meios de vida dependem inteiramente da venda de seu trabalho (força de trabalho) e não dos lucros obtidos do capital; cuja sorte e cuja desventura, cuja vida e cuja morte, cuja existência inteira dependem da demanda do trabalho (força de trabalho), da sucessão de boas e más épocas, pelas flutuações produzidas pela concorrência desenfreada. O proletariado ou classe operária é, em uma palavra, a classe trabalhadora do século XIX." (*Princípios do Comunismo*, resposta à pergunta 2. V. infr. Apêndice.) Na segunda metade do século XIV surgiu na Inglaterra uma classe de proletários ou trabalhadores assalariados. Ao longo de cento e cinquenta anos, esta classe formou a camada inferior da população, diferenciando-se gradualmente das filas de artesãos, oficiais, camponeses, e emancipando-se dos vínculos feudais.

No que concerne à condição social, o proletariado, nos primeiros dias de sua existência, pouco se diferenciava de outros braços dedicados ao trabalho manual ou aos afazeres do campo. Mas com o desenvolvimento do capitalismo, o proletariado adquiriu características específicas. A diferença entre o proletariado, o camponês livre e o artesão está no fato de que o trabalhador proletário carece de qualquer meio de produção e, portanto, não podendo trabalhar por conta (como o artesão e o camponês), vê-se obrigado a trabalhar a serviço de outro, a serviço do dono do capital. Vende-se a si mesmo, vende sua força de trabalho, como outra mercadoria qualquer, recebendo em troca um salário.

Enquanto o capitalismo não tinha saído da infância, enquanto os poderes feudais no campo e nas corporações gremiais das cidades entorpeciam as transformações do capital monetário em capital industrial, enquanto a nova indústria manufatureira só podia deitar raízes naqueles centros urbanos que permaneciam à margem da jurisdição corporativa, durante muito tempo, os proletários, os assalariados podiam, apesar da legislação repressiva, aproveitar da crescente demanda de seus serviços, resultante da acumulação de capital. Mas depois da expropriação dos bens da Igreja no

século XVI, depois da repartição das propriedades do Estado e das extensas terras comunais, medidas que privaram de existência milhares e milhares de camponeses, jogando-os pelas estradas e veredas em busca de trabalho, a condição do assalariado piorou notadamente. O desenvolvimento da manufatura, a acumulação do capital, tão necessária para a fundação de empresas independentes, tudo contribuiu para matar no assalariado a esperança de voltar a ser dono de seu destino, pois até os ofícios independentes iam sendo deslocados, cada dia mais vertiginosamente, por empresas capitalistas. É verdade que a indústria manufatureira foi se apossando pouco a pouco, no transcurso de uns cem anos, mais ou menos, desde a segunda metade do século XVII à segunda metade do século XVIII, de quase toda produção urbana e rural. Mas as terras do proletariado se viam engrossadas continuamente pela afluência de artesãos e trabalhadores domésticos rurais. Enquanto que, apesar do fluxo desses novos elementos, o proletariado ia se diferenciando mais e mais como classe. O artesão da cidade e o trabalhador doméstico rural não desapareceram até a implantação da fábrica em grande escala. Esta os lançou em massa para as fileiras do proletariado, despojando-lhes de toda possibilidade de retorno a "seu estado primitivo". A introdução da grande fábrica foi o que criou essa classe de pessoas que acudiam ao mercado para vender sua própria peleja e lançavam seus corpos à voragem da concorrência em busca de trabalho.

"A concorrência - escreve Engels - é a expressão mais perfeita da luta de todos contra todos, que preside a moderna sociedade burguesa. Esta luta, que é uma luta pela vida, pela existência e por tudo - em caso extremo, uma luta de vida ou morte -, não é somente uma batalha travada entre os indivíduos dessa classe. Uns se interpõem no caminho dos outros, e cada qual procura derrubar o vizinho e ocupar seu lugar. Os trabalhadores concorrem entre si, não tão diferentemente como fazem os burgueses. O tecelão fabril faz concorrência ao tecelão manual; o operário desempregado ou mal pago faz concorrência ao companheiro que trabalha em melhores condições e trata de substituí-lo. Esta concorrência entre os trabalhadores constitui o aspecto mais deplorável das condições de vida dos operários, porque põe nas mãos dos burgueses a arma mais eficaz contra o proletariado." (Engels, *Situação da Classe Operária Na Inglaterra*, pág. 77/78)



# 150 anos do Manifesto Comunista: Quem o defende de verdade?

Ao aproximar-se da data dos 150 anos do Manifesto Comunista, uma abundância de artigos têm sido publicados. Da direita burguesa ao reformismo pequeno-burguês, não tem passado despercebida a data histórica dos 150 anos. A grande imprensa, como a *Folha de São Paulo*, e revistas, como *Teoria e Debate* (PT), a *República* etc. têm utilizado de seus espaços para comentários. A *Folha de São Paulo* publicou, no seu caderno "Mais", uma série de artigos, assinados por intelectuais, e declarações, nas quais está presente a do Presidente da República. É provável que iniciativas dessa grandeza ainda venham a ocorrer. Destacamos ainda o artigo do ex-senador e ex-Ministro da Justiça da ditadura militar Jarbas Passarinho, denominado "O sesquicentenário". Também na *Folha*, Otávio Frias Filho publicou na coluna fixa da contra-capa um artigo denominado "Saudades do Comunismo". Nessa mesma coluna, sem citar o Manifesto, José Sarney se pôs a falar sobre "Reforma ou Revolução?".

Os políticos e intelectuais da burguesia se animaram a fazer uma campanha contra o Manifesto, apoiados na desintegração da ex-União Soviética. Mas o interessante está em que não encontram argumentos concretos para defender o capitalismo putrefato. Os mais variados argumentos contra o Manifesto, inclusive aqueles que procuram mostrar que o Manifesto teve o seu lado progressivo porque ajudou o capitalismo a se humanizar, mostram toda puerilidade do pensamento burguês. Quanto mais se esforçam por parecerem progressistas, reconhecendo o valor histórico do Manifesto, hoje tido como ultrapassado, mais mostram sua incultura, uma vez que deformam as idéias de Marx e Engels e suas críticas não encontram pontos de contato com a realidade objetiva.

Os sábios burgueses se mostram rançosos e estúpidos, ao contrário do que pretendem os malabarismos de seu raciocínio voltados a demonstrar que a doutrina do socialismo científico não passou de uma seqüência de erros dos seus dois principais criadores, Marx e Engels. Chama a atenção o fato dos articulistas da revista *Teoria e Debate* do PT se colocarem na mesma categoria de tais ideólogos da burguesia. O artigo de Marco Aurélio Garcia tenta passar a idéia de que o Manifesto está crispado de "otimismo revolucionário" e que conduz ao "ca-

tastrofismo". O sagaz petista conclui que Marx e Engels são simplificados e expressam uma "vertente idealista do pensamento revolucionário".

O intelectual Nelson Coutinho, que desde sempre foi formado pelo estalinismo do PCB, procura expor os limites do Manifesto, considerando que "*Marx e Engels adotaram metodologicamente, nesse texto, um ponto de vista abstrato*". A concepção de Estado seria relativamente esquemática. Assim, segundo Coutinho, que ainda se reivindica marxista (não sabemos porquê), "*ser marxista hoje não pode repetir mecanicamente o que é dito no Manifesto*". Pelo que sabemos não se deve repetir mecanicamente nem ontem, nem hoje e nem nunca. Coutinho não faz senão rechaçar as teses fundamentais do Manifesto, como por exemplo a da luta revolucionária do proletariado pela tomada do poder do Estado.

Tarso Genro, ex-prefeito do PT em Porto Alegre (RS), se aventurou falar sobre o Estado e o Manifesto. Considera "marxismo vulgar" sintetizar o Estado como "o comitê central dos interesses da classe burguesa". Explicitamente condena "a visão de que todo Estado é uma ditadura de classe". Na mesma linha anterior dos demais comentaristas, Tarso Genro quer colocar Marx e Engels na categoria de simplificadores.

O artigo, "O capitalismo atual e o Manifesto", de João Machado, militante da Corrente interna ao PT Democracia Socialista (mandelista), se prende à fundamentação do Manifes-

to sobre as crises periódicas. Nesse sentido faz uma explanação acadêmica sem tocar na essência da tema proposto que é o capitalismo atual. A pergunta essencial e necessária para estabelecer a relação entre as teses do Manifesto e a atualidade do capitalismo, feita pelo próprio autor, não é respondida. Depois de mostrar que as crises econômicas levam à destruição parcial de forças produtivas, faz a seguinte pergunta: "*Isso justifica a conclusão do Manifesto de que o capitalismo deve perecer e que o futuro pertence ao comunismo?*" Note o leitor a resposta de João Machado: "*Esta é uma discussão mais complicada, porque o que chegou a ser construído como alternativa ao capitalismo (o 'socialismo realmente existente', grosseiro arremedo de comunismo, demonstrou ter problemas maiores, em muitos aspectos, do que o capitalismo*". Se alguém quer fugir da responsabilidade de rechaçar o Manifesto de maneira clara, faça como o redator de "O capitalismo atual e o Manifesto".

Limitamo-nos a uma colocação geral sobre os diversos autores porque o objetivo é o demonstrar a campanha anti-Manifesto desfechada pelos ideólogos burgueses e pequeno-burgueses ditos de esquerda. Estes esperam fazer dos 150 anos uma comemoração de finados. Os próximos números do *Massas*, iremos desenvolver as críticas particulares. A luta ideológica contra os adversários do comunismo é uma condição para se fazer dos 150 anos do Manifesto a defesa do programa da revolução proletária.

Movimento Operário



Argentina:

# Justiça burguesa rejeita o pedido de legalização do Partido Operário Revolucionário

Internacional

O Partido Operário Revolucionário, da Argentina, atendendo a exigência legal para obter o registro apresentou ao Tribunal Eleitoral os documentos obrigatórios. A resposta foi negativa. Em sua resposta, assinada pelo Procurador Geral, Sr. Jorge A. Bof, afirma-se que a Declaração de Princípios e Bases de Ação Política não está de acordo com os princípios constitucionais. Eis a citação do despacho: "Em relação ao dito nos dois parágrafos precedentes, cabe recordar que o artigo 17 da lei nº6808 expressamente dispõe que 'A declaração de princípios e o programa de bases ou ação políti-

ca deverão sustentar os fins das Constituições nacional e provinciais e expressar o respeito aos direitos fundamentais do homem, a adesão ao sistema democrático, representativo, republicano e pluripartidário e não propiciar o emprego da violência para modificar a ordem jurídica ou chegar ao poder', pelo que claramente se adverte que os postulados nos parágrafos aludidos se opõem abertamente aos princípios consagrados por ambas Constituições".

Como se pode ver, a legalização de um Partido Revolucionário está proibida pela democracia burguesa. Somente os partidos que advoguem e sustentem o regime capitalista de opressão poderão existir legalmente. A esquerda dita revolucionária tem se pautado por apresentar princípios e programa de acordo com a legalidade burguesa. No afã de se legalizar, com o argumento correto de que é preciso se utilizar das eleições como um meio para desenvolver a linha revolucionária,

acabam se adaptando ao legalismo e se mostram eleitoreiras. Deixam de lado a conclusão de que a legalização de um partido revolucionário depende da correlação de forças do proletariado com a burguesia. Ou seja, trata-se do resultado da luta de classes em favor do proletariado.

A própria legalização deve ser um meio de luta e denúncia da existência de uma ditadura de classe da burguesia, que totalitariamente impõe uma legislação discricionária aos partidos que se colocam pelo programa da revolução proletária e da violência revolucionária das massas.

O POR argentino ao contrário, inscreveu-se com seus princípios, sabendo que isso resultaria em alguma anulação da intervenção do POR. Aqui no Brasil nos solidarizamos com os revolucionários argentinos e compartilhamos da campanha de denúncia da medida repressiva e discricionária do POR.



Crise asiática:

## Pacote japonês aguçará disputa interimperialista

O governo japonês anunciou um pacote econômico para tentar responder à crise financeira, agravada com as quebras do leste asiático. As principais medidas são:

- Eliminação de restrições legais ao envio de dólares para os países do leste asiático em crise. Esta medida é uma necessidade para a burguesia japonesa disputar seu domínio nos países semicolônias da região com os Estados Unidos e Europa, que vão ampliando sua influência através da intervenção do FMI.

- Captação de recursos internos e proteção ao sistema financeiro. A desregulamentação

da previdência pretende aumentar a poupança interna. Medidas de proteção ao sistema financeiro são necessárias para evitar mais quebras, que criam uma reação em cadeia pelo sistema financeiro e produtivo no país. Os custos serão pagos pelos assalariados, que terão atacadas as suas aposentadorias e arcarão com novas taxas de suporte e estabilização dos bancos e seguradoras.

- Abertura da economia ao capital estrangeiro. Os setores de seguros e canais de TV a cabo serão liberalizados para investidores estrangeiros. É uma necessidade para o Japão captar recursos no exterior, e isso será feito com a permissão de ação do capital financeiro e das redes de TV por assinatura. Com essas medidas, o Japão abre sua economia principalmente para os Estados Unidos e Europa, que serão os maiores investidores nessas duas áreas.

O pacote japonês é resultado do agravamento da crise de superprodução capitalista, que deflagrou a crise

asiática. O imperialismo japonês cede espaço ao imperialismo americano e europeu, em troca de capital. Faltando recuo é necessário para conter momentaneamente a crise financeira na região. Mas criará condições mais propícias ao agravamento dos choques interimperialistas, que tendem para o conflito bélico.

A humanidade vai ficando cada vez mais refém das disputas dos vampiros imperialistas. Para se libertar, é necessário destruir a exploração de classe, que é a base da opressão nacional. Quer dizer fazer a revolução socialista, acabar com a exploração e as fronteiras nacionais, estabelecendo a livre cooperação entre os homens (comunismo). Falta para isso construir o partido mundial da revolução socialista, que não tem nada a ver com as imposturas eleitoreiras e oportunistas dos reformistas ou pseudomarxistas.

# Manifesto do POR em defesa do Iraque e contra a agressão imperialista

**Por que a classe operária, demais explorados e a juventude estudantil devem rechaçar a guerra imperialista contra o Iraque**

A guerra dos Estados Unidos, apoiada por uma ampla frente imperialista, em 1991, contra o Iraque, teve por justificativa a ocupação do Kuwait. Na realidade, as potências defenderam o seu domínio sobre as ricas fontes de petróleo.

A história moderna do Oriente Médio está marcada pela intervenção das potências capitalistas, que desde sempre saquearam a região. A guerra de 1991 e a ocupação da região por tropas norte-americanas é apenas continuação desse processo histórico de dominação.

A derrota militar do Iraque permitiu aos Estados Unidos estabelecer zonas, ao norte e ao sul, chamadas de livres. Mas de fato demarcadas pela força militar norte-americana. Tal divisão do Iraque se constituiu na limitação da soberania de um país semicolonial.

A avaliação de uma parcela do poder burguês norte-americano é de que o governo Bush, que dirigiu a guerra de 1991, deveria ter ocupado integralmente o Iraque e destruído o governo de Saddam Hussein, assim colocando em seu lugar um boneco do imperialismo.

Ocorre que as potências não admitem que nenhum governo semicolonial lhes faça qualquer oposição antiimperialista, ainda que não ameace a ordem capitalista.

O cálculo de uma outra parcela do poder norte-americano era de que o governo de Saddam cairia em pouco tempo em função do bloqueio econômico, das pressões militares e dos choques internos com os curdos. O cerco comercial impôs uma situação de crise econômica e a vigilância aérea nas chamadas zonas livres cercou uma parte do território iraquiano, mas nada disso pôde cumprir a função de derrubar o governo e colocar em seu lugar um títere.

A comissão da ONU encarregada de investigar a produção de armas químicas foi criada com o claro intuito do imperialismo intervir diretamente no país, impondo-lhe condições. A resistência do governo em se submeter integralmente aos ditames do organismo internacional manietado pelo imperialismo americano valeu-lhe todo tipo de hostilidade.

Pois bem, os Estados Unidos estão com sua máquina de guerra preparada para bombardear o país. Embora

a França, Rússia e China, que apoiaram os Estados Unidos em 1991, coloquem restrições aos objetivos bélicos dos Estados Unidos e aliados como Inglaterra etc., os agressores simplesmente desconhecem tais restrições e mostram que a ONU só tem serventia para acobertar a ofensiva militarista do imperialismo com uma máscara de legalidade internacional. É nesse sentido que os Estados Unidos declaram ser um direito seu desfechar a guerra contra o Iraque, mesmo que não obtenham autorização do Conselho de Segurança da ONU. Equivale dizer que com a ONU ou sem a ONU a invasão bélica do Iraque poderá acontecer.

Mostramos isso apenas para denunciar o totalitarismo imperialista. O essencial está em que a guerra contra o Iraque faz parte da ofensiva imperialista de domínio contra as semicolônias. O alvo é o Iraque, mas o objetivo é mais amplo. O imperialismo está dizendo que não admite que nenhum país semicolonial tenha soberania para produzir as armas que bem lhe convier. Mas as potências têm um arsenal capaz de destruir o mundo várias vezes, como já foi muito bem demonstrado.

Esse poder bélico está voltado a dominar as nações pobres e atrasadas, que lhes servem de fonte de exploração. Enquanto existir o capitalismo, existirá nação opressora (imperialista) e oprimida (semicolônia). E enquanto existir a necessidade de dominação imperialista e de possibilidade de guerras inter-imperialistas haverá crescente armamentismo.

A primeira e segunda guerras mundiais comprovaram que o belicismo imperialista corresponde à putrefação do capitalismo e à necessidade da divisão do mundo entre as potências. Tal demonstração continua vigente.

A crise mundial está impulsionando a retomada do militarismo e com esse a necessidade das guerras de conquistas. O imperialismo, porque tem o poder econômico e das armas, se acha no direito de dizer o que é que um país atrasado pode produzir ou não.

A propaganda contra as armas químicas para justificar a intervenção no Iraque não passa da mais espalhafatosa hipocrisia. A maior disseminação de armas no mundo é feita pela indústria bélica norte-americana, inglesa, francesa etc. O imperialismo é a época da barbárie capitalista. Enquanto uma poucas nações concen-

tram gigantescas riquezas e poderes, a maioria míngua no atraso econômico e na miséria das massas.

A classe operária não pode se impressionar com a propaganda pacifista do imperialismo e achar que o perigo bélico está no Iraque. Muito pelo contrário. O armamentismo é produto do capitalismo imperialista. É nas potências que reside a mais avançada indústria de destruição.

A defesa de um país pobre e oprimido pelo imperialismo, ainda que seu governo seja totalitário e obscurantista como o de Saddam, que oprime a nacionalidade curda, é um dever revolucionário. Trata-se da luta antiimperialista contra a opressão nacional. Trata-se da defesa da soberania contra as potências.

Evidentemente, o Partido Revolucionário se coloca na luta antiimperialista e na defesa da nação oprimida com o objetivo estratégico da revolução proletária.

Assim chamamos todos os trabalhadores e a juventude estudantil a se colocarem do lado do Iraque oprimido contra o imperialismo opressor. E também a condenarem qualquer apoio do governo brasileiro ao imperialismo. Contra qualquer apoio ao imperialismo, chamamos à unidade internacional do proletariado em defesa do Iraque oprimido.

Fora o imperialismo do Iraque!

Nenhum apoio do Brasil aos saqueadores do mundo!

Em defesa da nação oprimida contra a opressora!

Organizar a Frente Única Antiimperialista!

Solidariedade proletária internacional ao Iraque!

Internacional



# Saddan Hussein capitula diante da ameaça ianque

O secretário-geral da ONU Kofi Amann foi o mensageiro formal do ultimato imperialista contra o Iraque. Ou Saddam Hussein abria seus palácios e instalações à inspeção da ONU ou o Iraque seria bombardeado pela força americana ancorada em suas costas. Saddam Hussein preferiu assinar um acordo, que melhor seria chamado como termo de rendição.

A crise Iraque-EUA começou há três meses, quando o Iraque se negou a permitir que a comissão da ONU investigasse os palácios de Saddam Hussein, para verificar se não havia escondidos arsenais químicos e bacteriológicos de guerra. A comissão era formada majoritariamente por americanos e contava ainda com ingleses, aliados incondicionais dos EUA. O Iraque rejeitou a inspeção por se tratar de um claro ataque à sua soberania, já ultralimitada pela ocupação americana ao norte e sul do país, pelo bloqueio econômico e limitação de uso do espaço aéreo. A insistência da ONU em formar uma comissão marionete dos EUA foi uma manobra no sentido

de provocar o Iraque, criar um pretexto para a agressão bélica. Os EUA entendem que não é mais possível manter o limitado governo de Bagdá, não podem admitir nenhum traço de oposição, ainda que nacionalista de direita, ao domínio americano na região. Saddam tem aberto espaço para a penetração francesa e russa no país, através de acordos de perfuração de petróleo e, dizem, de armamento.

Os EUA justificam sua agressão ao Iraque afirmando que tal país produz e estoca armas químicas e bacteriológicas, já que as armas convencionais foram destruídas na guerra de 1991. Quanto cinismo! Os maiores fabricantes de armas de todos os tipos no planeta, justamente os EUA e Inglaterra, proibem um pequeno e pobre país de se armar. Não é à toa que a comissão fiscalizadora da ONU é composta de americanos e ingleses, pois são esses países os que mais fabricam armas químicas e bacteriológicas.

Defendemos o direito de toda e qualquer nação decidir livremente se pode ou não se armar e quanto. Rejeçamos a posição farisaica imperialista de que somente os países já armados (justamente os imperialistas) podem se manter assim. A guerra não é resultado do armamento dos países pobres, mas da disputa entre as potências imperialistas pelo mercado mundial. A opressão nacional é parte constitutiva do capitalismo na sua fase imperialista. O combate real à guerra de rapina se faz na luta antiimperialista e anticapitalista.

A ação da França e Rússia (assim como a "oscilação" alemã) diante do

conflito mostrou os interesses imperialistas em choque. As manobras russas e francesas no período de preparação da ação militar norte-americana serviram para tornar o Iraque ainda mais dependente desses países.

Quando o negociador da ONU chegou ao Iraque, o cenário estava armado: sob a mira dos canhões e aviões americanos, houve uma "negociação" de três horas, que resultou na concessão da reivindicação americana. Os Estados Unidos não tiveram como rejeitar o acordo, porque era uma capitulação total. A única diferença entre a inspeção anterior a a firmada agora é a participação de observadores indicados pela ONU nas inspeções.

Ainda assim, setores da burguesia americana reclamaram do cessar-fogo. Queriam a derrubada de Saddam Hussein e não admitem a ampliação da influência européia na região às custas da pressão americana. As pressões vão prosseguir, com a presença das tropas americanas na área do Golfo Pérsico. Tudo indica que os EUA vão querer mais do que inicialmente tinham. O resultado do acordo Amann/Aziz foi o aprofundamento da opressão nacional sobre o Iraque.

Trata-se de organizar a luta antiimperialista por todos os lugares. Apoiar o Iraque contra a intervenção imperialista. Construir aqui um movimento antiimperialista, que se choque contra as medidas antinacionais e antipopulares do governo FHC, a mando do imperialismo. Para isso, pôr em pé a Frente Única Antiimperialista, que aponta no sentido da revolução proletária.

## Aos "Revolucionários" Dizemos: Nossa tarefa é a Reconstrução da IV Internacional, do Marxismo-Leninismo-Trotskyista.

### Conseqüências da Ausência do Partido Revolucionário

Segue se colocando esta pergunta: por que a queda do estalinismo arrastou os partidos de esquerda — inclusive os chamados trotskistas — ao descalabro?

A causa se encontra em que uma grande parte destes partidos esquerdistas tinham similaridades ideológicas com o estalinismo e com o democratismo pró-burguês. A respeito dos mal chamados trotskistas, estes não conseguiram concretizar a teoria da revolução permanente e da economia combinada, própria dos países atrasados e das particularidades nacionais destes, o que expli-

ca porque não alcançaram elaborar o programa da revolução proletária em seus respectivos países. Pode-se dizer que não conseguiram se transformar em partidos marxistas. Não devemos esquecer que, dentro da Quarta Internacional, os pablistas começaram a sustentar que, apesar de tudo, os partidos estalinistas jogariam um papel revolucionário, para terminar mudando o conteúdo de classe de sua atividade, ao soldarem-se ao foquismo guevarista. Impõe-se a mais severa autocritica a estes desvios da maior envergadura.

Estamos pagando muito caro as conseqüências de todo este processo, sendo uma das mais marcáveis a ausência do partido Revolucionário em escala mundial.

Enquanto o campo da ideologia revolucionária é um deserto, os explorados dos diversos países, incluindo os europeus, ganham as ruas para defender suas conquistas e seus direitos. As massas combatentes, ao não encontrarem uma direção revolucionária, se agrupam em não importa que partido

que protesta ou promete trazer o paraíso para a terra. As vezes se dá o caso extremo de que os partidos estalinistas voltem a florescer, isto porque são os únicos que estão presentes no meio da agitação; observamos isso na própria Rússia, no Chile etc.

### O Marxismo-Leninismo-Trotskyismo

Certas correntes que se reclamam do leninismo não duvidam em se aproximar dos estalinistas, buscando ter êxito e reluzir. Gritam: *Voltar a Lenin!* Mas a história não é tão simples.

É preciso sepultar o estalinismo contrarrevolucionário, mas para isto há que se partir do já alcançado. Não se pode ignorar que Lenin começou a censurar Stálin, mas a luta política a fundo contra o revisionismo foi levada por Trotsky, que aprofundou os pensamentos marxistas contra o estalinismo contrarrevolucionário. Ele disse que se se permitisse à burocracia minar as bases do Estado Operário logo viria a restauração capitalista.

Extraído do Jornal "Masas" boliviana nº 1602, de 30 de janeiro de 1998)

